

1. Contexto operacional

A Companhia é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas e tem como principal atividade de atuação a industrialização e comercialização de embutidos de carnes, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

Em 02 de julho de 2012 foi transferido o controle acionário da antiga controladora “BRF/Sadia S.A.” para a atual controladora da Companhia “Marfrig Alimentos S.A.”. Conforme referido no Termo de Compromisso de Desempenho (TCD), o que inclui marcas e direitos de propriedade intelectual a estes relacionados; todos os bens e direitos (inclusive imóveis, instalações e equipamentos) relacionados a determinadas unidades produtivas; todos os bens e direitos; todos os contratos que garantam à Marfrig a manutenção dos mesmos níveis de fornecimento praticados com a BRF e/ou a Sadia; a totalidade da participação acionária detida pela Sadia, direta e indiretamente, equivalente a 64,57% do capital social da Excelsior Alimentos.

No dia 07 de junho de 2013, as Administrações da JBS S.A.(JBS) e Marfrig Alimentos S.A.(Marfrig), celebraram um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças “contrato”, este contrato está condicionado a aprovação pelas autoridades competentes, inclusive do CADE, envolve a transferência para a JBS, da totalidade da participação acionária detida pela Marfrig, direta e indiretamente, equivalente a 64,57% (sessenta e quatro vírgula cinquenta e sete por cento), do capital social da Excelsior Alimentos S.A. Como condição resolutiva para a transferência, a JBS se obriga a realizar uma oferta pública de aquisição (OPA) da ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da Excelsior, conforme exige a Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de setembro de 2013, a JBS S.A. e a Marfrig Alimentos S.A. implementaram o fechamento da operação avençada por meio do Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

2. Base de elaboração e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de elaboração

a) Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

As presentes informações contábeis intermediárias incluem:

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), estando em convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão expressas em milhares de reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também estão apresentadas em milhares.

A preparação das informações contábeis intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas trimestralmente.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e valor justo quando aplicado.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria em 04/11/2013.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 6, de liquidez imediata resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, registradas ao valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Contas a receber de clientes

Corresponde aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades, demonstrados a valores de realização. A provisão com perdas de créditos de clientes foi calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o histórico de perdas, sendo suficiente para cobrir perdas estimadas na realização dos valores a receber, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7.

c) Estoques

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição. As provisões de estoques para: (i) realização, (ii) baixa rotatividade, e (iii) estoques obsoletos são constituídas quando aplicável.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e períodos comparativos são como segue:

| | |
|-----------------------------|---------|
| Edifícios | 29 anos |
| Máquinas e equipamentos | 17 anos |
| Móveis e utensílios | 16 anos |
| Equipamentos de informática | 5 anos |
| Veículos | 7 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos no encerramento de cada exercício financeiro, sendo eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

e) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos mercantis é depreciado pelas taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.d.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos

operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

f) Avaliação a valor recuperável de ativos

i) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 30 de setembro de 2013 não foi identificado nenhum indicativo de perda no valor recuperável de ativos financeiros.

ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir a falta de pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a mensuração do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

g) Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, as variações monetárias e cambiais incorridas.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, variações monetárias e cambiais incorridos, até a data do balanço, bem como do ajuste a valor presente.

j) Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2).

k) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias.

l) Reconhecimento de receitas

A receita de venda de mercadoria é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os

critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

m) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n) Impostos

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 180 para períodos de nove meses (R\$ 240 ao ano) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram ainda a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são

reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre a base negativa e prejuízos fiscais, e com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

ii) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas média básicas:

| | <u>Alíquotas</u> |
|---|------------------|
| ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | 15,00% |
| COFINS - Contribuição para Seguridade Social | 7,60% |
| PIS - Programa de Integração Social | 1,65% |

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

O processo de elaboração das informações contábeis intermediárias envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- i) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;
- ii) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- iii) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- iv) imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social; assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas trimestralmente.

p) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação a qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais revogadas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para fins de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas relacionadas ao ativo ou passivo.

i) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

5. Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: Processados Resfriados e Congelados.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis.

| | Processados Resfriados | | Processados Congelados | | Total | |
|---|------------------------|------------|------------------------|------------|------------|------------|
| | 30/09/2013 | 30/09/2012 | 30/09/2013 | 30/09/2012 | 30/09/2013 | 30/09/2012 |
| Receitas | 71.490 | 64.196 | 14.642 | 3.379 | 86.132 | 67.575 |
| Receitas financeiras | 126 | 385 | 26 | 20 | 152 | 405 |
| Despesas financeiras | (823) | (1.597) | (169) | (84) | (992) | (1.681) |
| Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social | 8.341 | 3.306 | 1.708 | 174 | 10.049 | 3.480 |
| Despesas com vendas | (12.931) | (12.888) | (2.648) | (678) | (15.579) | (13.566) |
| Despesas gerais e administrativas | (629) | (999) | (129) | (53) | (758) | (1.052) |
| Outros itens | (482) | 375 | (99) | 20 | (581) | 395 |

Informação geográfica

| | Receitas | | Representatividade (não revisado) | |
|-------------------|---------------|---------------|-----------------------------------|------------|
| | 30/09/2013 | 30/09/2012 | 30/09/2013 | 30/09/2012 |
| Rio Grande do Sul | 68.905 | 52.033 | 80% | 77% |
| Santa Catarina | 9.475 | 10.136 | 11% | 15% |
| Paraná | 7.752 | 5.406 | 9% | 8% |
| Total | 86.132 | 67.575 | | |

Principais Clientes

As vendas da Companhia são direcionadas para os canais de grandes redes, auto serviço e revendedores. Não há grande concentração de clientes.

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
|------------------------|--------------|------------|
| Bancos conta movimento | 2.346 | 918 |
| Aplicações financeiras | 3.599 | 38 |
| | 5.945 | 956 |

As aplicações financeiras referem-se substancialmente à fundos de investimentos de curto prazo remunerados pela variação do CDI. A Companhia não possui restrições de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

7. Contas a receber de clientes

| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| Clientes Nacionais | 13.517 | 14.951 |
| (-) PCLD | (287) | (165) |
| | 13.230 | 14.786 |

As movimentações na provisão para devedores duvidosos são apresentadas a seguir:

| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo no início do período / exercício | (165) | (42) |
| Valores Baixados da Provisão | 322 | 266 |
| Provisionado no Período | (444) | (389) |
| Saldo no final do período/ exercício | (287) | (165) |

8. Estoques

| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Produtos acabados | 1.468 | 536 |
| Mercadorias | 560 | 2.007 |
| Matérias-Primas | 506 | 702 |
| Embalagens | 1.246 | 1.025 |
| Produtos em elaboração | 325 | 243 |
| Almoxarifado | 435 | 363 |
| | 4.540 | 4.876 |

A Administração da Companhia avaliou a capacidade de vendas de seus estoques em 30 de setembro de 2013, e considerou não haver estoques que devam ser considerados obsoletos.

9. Impostos a recuperar

| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
|--|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Pis / Cofins | 82 | - |
| Icms | 1.379 | 222 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 5 | 76 |
| Ipi | 6 | 8 |
| | 1.472 | 306 |
| Não circulante | | |
| ICMS | 322 | 211 |
| PIS/COFINS | 289 | 242 |
| | 611 | 453 |
| Total | 2.083 | 759 |

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social

d. Corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

10. Outras contas a receber

| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Adiantamentos à fornecedores | 986 | 37 |
| Sinistro a Receber (a) | - | 1.065 |
| Outros | 389 | 50 |
| | 1.375 | 1.152 |
| Não circulante | | |
| Eletrobrás (b) | 895 | 895 |
| | 895 | 895 |

(a) A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2012, valor a receber no montante de R\$ 1.065, referente sinistro ocorrido no mês de fevereiro de 2012, no armazém de terceiro localizado em Esteio-RS e furtos de mercadorias em veículos em trânsito, o recebimento ocorreu no primeiro trimestre de 2013;

(b) A Companhia é polo ativo em ação judicial contra a Eletrobrás, visando obter o reconhecimento judicial do direito de receber a devolução do empréstimo compulsório da Eletrobrás com correção monetária integral, incluídos os expurgos inflacionários, desde a data da efetivação do empréstimo, até a efetiva restituição, bem como receber juros sobre os valores acrescidos da correção indevidamente expurgada. O valor da causa totaliza R\$ 1.864 mil. A possibilidade de perda avaliada como remota, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos da Companhia.

11. Imobilizado

a. Composição do Imobilizado

| | Taxa média anual | 30/09/2013 | | 31/12/2012 | |
|---------------------------|------------------|---------------|-----------------------|---------------|--------------|
| | | Custo | Depreciação Acumulada | Líquido | Líquido |
| Terrenos | - | 1 | - | 1 | 1 |
| Construções | 3,4% | 6.174 | (2.975) | 3.199 | 2.968 |
| Máquinas e Equipamentos | 5,9% | 11.710 | (5.198) | 6.512 | 5.257 |
| Móveis e Utensílios | 6,3% | 156 | (88) | 68 | 47 |
| Equipamentos Eletrônicos | 20,0% | 362 | (250) | 112 | 108 |
| Veículos | 14,3% | 877 | (471) | 406 | 515 |
| Imobilização em Andamento | | 564 | - | 564 | 392 |
| | | 19.844 | (8.982) | 10.862 | 9.288 |

b. Movimentação sumária do Imobilizado:

| Custo corrigido | Saldos em 31/12/2012 | Adições | Baixas | Transferências | Saldos em 30/09/2013 |
|----------------------------|----------------------|--------------|--------------|----------------|----------------------|
| Terrenos | 1 | - | - | - | 1 |
| Construções | 5.834 | 43 | (29) | 326 | 6.174 |
| Máquinas e Equipamentos | 10.195 | 1.956 | (441) | - | 11.710 |
| Móveis e Utensílios | 130 | 29 | (3) | - | 156 |
| Equipamentos Eletrônicos | 353 | 30 | (21) | - | 362 |
| Veículos | 877 | - | - | - | 877 |
| Imobilização em Andamento | 392 | 498 | - | (326) | 564 |
| Imobilizado líquido | 17.782 | 2.556 | (494) | - | 19.844 |

| Depreciação acumulada | Saldos em 31/12/2012 | Adições | Baixas | Transferências | Saldos em 30/09/2013 |
|----------------------------|----------------------|--------------|-----------|----------------|----------------------|
| Construções | (2.866) | (109) | - | - | (2.975) |
| Máquinas e Equipamentos | (4.938) | (312) | 52 | - | (5.198) |
| Móveis e Utensílios | (83) | (8) | 3 | - | (88) |
| Equipamentos Eletrônicos | (245) | (25) | 20 | - | (250) |
| Veículos | (362) | (109) | - | - | (471) |
| | (8.494) | (563) | 75 | - | (8.982) |
| Imobilizado líquido | 9.288 | | | - | 10.862 |

Provisão para redução no valor recuperável

Até 30 de setembro de 2013 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

12. Partes relacionadas

a) Controladora e controladora final

A Excelsior Alimentos S.A. é controlada direta e indiretamente pela Marfrig Alimentos S.A. “MARFRIG”.

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora a preços e condições normais de mercado.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 a Companhia comprou R\$ 35.219 em matérias-primas/mercadorias de sua controladora final.

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia possuía saldo a pagar de R\$ 3.592 com a controladora MARFRIG no passivo circulante, referem-se principalmente a compras de matéria-prima e mercadorias.

As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

b) Remuneração aos administradores

O montante referente à remuneração do pessoal chave da Administração totalizou R\$ 367 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 (R\$ 353 em 30 de setembro de 2012). A Companhia não possui outros benefícios concedidos ao pessoal chave da Administração além do pagamento de honorários.

13. Empréstimos e financiamentos

| | | <u>30/09/2013</u> | <u>31/12/2012</u> |
|-----------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|
| Circulante | | | |
| Moeda Nacional | Encargos | | |
| Capital de Giro | 3,04% a.a. + CDI | 7.040 | 7.557 |
| Leasing | de 12,5% a 15,5% a.a | 2 | 86 |
| | Total do circulante | <u>7.042</u> | <u>7.643</u> |

A taxa média ponderada de juros nos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2013 era de 3,04% a.a. acrescido da variação da taxa do CDI (12,90% a.a. em 31 de dezembro de 2012).

Os empréstimos e financiamentos de capital de giro no valor de R\$ 7.040 (R\$

7.557 em 31 de dezembro de 2012) são garantidos por avais da diretoria até a data de vencimento do principal.

14. Impostos a pagar (REFIS IV)

O saldo do REFIS IV, em 30 de setembro de 2013 representava, R\$ 5.739 (R\$ 1.208 no circulante e R\$ 4.531 no não circulante), em 31 de dezembro de 2012 R\$ 6.598 (R\$ 1.461 no circulante e R\$ 5.137 no não circulante). A Companhia optou por incluir no REFIS IV - Parcelamento conforme Lei 11.941/2009, os débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O saldo devedor está sendo atualizado pela SELIC. A Companhia está em dia com o pagamento dos tributos correntes.

Cronograma de vencimentos do saldo do passivo não circulante:

| Ano de Vencimento | Valor |
|--------------------------|--------------|
| 2014 | 302 |
| 2015 | 1.208 |
| 2016 | 1.208 |
| 2017 | 1.208 |
| 2018 | 605 |
| | 4.531 |

15. Provisão para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída, no montante de R\$ 402 (R\$ 482 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com a Deliberação da CVM n° 594/09, é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

As movimentações na provisão para contingências são apresentadas a seguir:

| | 31/12/2012 | Adições | Baixas | 30/09/2013 |
|--|-------------------|----------------|---------------|-------------------|
| Processos trabalhistas | 482 | 22 | (102) | 402 |
| Total provisão para contingências | 482 | 22 | (102) | 402 |

Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

A Companhia também é partes envolvidas em processos trabalhistas, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e explicações a seguir:

| | <u>30/09/2013</u> | <u>31/12/2012</u> |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Contingências Possíveis | | |
| Trabalhistas | 677 | 430 |
| Total | 677 | 430 |

Contingências trabalhistas classificadas como perda possível: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-funcionários e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas de contrato de trabalho.

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 30 de setembro de 2013 era de R\$ 666 (R\$ 801 em 31 de dezembro de 2012).

16. Arrendamento mercantil

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia mantinha registrado saldo a pagar de R\$ 2 (R\$ 86 em 31 de dezembro de 2012) em contrato de arrendamento mercantil financeiro, incorporados no ativo imobilizado. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 (três) anos, com cláusulas de opção de renovação ou opção de compra após esse período.

Os bens estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia pelos valores residuais líquidos conforme demonstrado no quadro seguinte:

| | <u>30/09/2013</u> | <u>31/12/2012</u> |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Descrição do Bem | | |
| Veículos | 155 | 194 |
| Total | 155 | 194 |

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

b. Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei n° 6.404/76.

18. Receita operacional líquida

| | 30/09/2013 | 30/09/2012 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional bruta | 116.297 | 90.624 |
| Deduções de vendas | (6.089) | (5.164) |
| Impostos sobre vendas | (24.076) | (17.885) |
| Total | 86.132 | 67.575 |

19. Gastos por natureza e grupo

Abaixo demonstramos as principais despesas por natureza realizadas no período, apresentadas nas seguintes classes relevantes:

| | 30/09/2013 | 30/09/2012 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | (3.631) | (3.957) |
| Matéria Prima e Materiais Diretos | (37.767) | (33.641) |
| Mercadorias e Terceiros | (20.558) | (14.956) |
| Despesas com Vendas | (3.846) | (3.717) |
| Manutenção e Conservação de Bens | (564) | (653) |
| Locação | (59) | (161) |
| Movimentação de Cargas | (7.627) | (5.746) |
| Depreciação e Amortização | (104) | (63) |
| Despesas com Viagens e Estadias | (63) | (93) |
| Outros | (443) | (228) |
| Total | (74.662) | (63.215) |

Os gastos estão agrupados conforme abaixo:

| | 30/09/2013 | 30/09/2012 |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|
| Custo dos Produtos Vendidos | (58.325) | (48.597) |
| Despesas com Vendas | (15.579) | (13.566) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (758) | (1.052) |
| Total | (74.662) | (63.215) |

20. Resultado financeiro líquido

| | 30/09/2013 | 30/09/2012 |
|-------------------------------------|--------------|----------------|
| Despesas Financeiras | | |
| Juros | (972) | (1.244) |
| Outros | (20) | (437) |
| Total | (992) | (1.681) |
| Receitas financeiras: | | |
| Juros | 149 | 389 |
| Descontos obtidos | 3 | 17 |
| Total | 152 | 406 |
| Resultado Líquido Financeiro | (840) | (1.275) |

21. Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos saldos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social estão limitadas a 30% do lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

| Ativo | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
|---|--------------|--------------|
| Prejuízo fiscal e base negativa | 4.613 | 5.648 |
| Provisão para contingência trabalhista | 136 | 164 |
| Provisão para devedores duvidosos | 46 | 44 |
| PLR - participações dos lucros e resultados | 260 | 221 |
| Outros | 94 | 22 |
| Total impostos diferidos ativos | 5.149 | 6.099 |
| Passivo | | |
| Ajuste da depreciação econômica | 483 | 428 |
| Total impostos diferidos passivos | 483 | 428 |

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

Com base em estudo técnico das projeções de lucros tributários futuros a Companhia estima a realização dos ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa nos seguintes exercícios:

| Período | Estimativa de Realização | Percentual de Realização |
|----------------|---------------------------------|---------------------------------|
| 2013 | 240 | 4,7% |
| 2014 | 886 | 17,2% |
| 2015 | 917 | 17,8% |
| 2016 | 948 | 18,4% |
| 2017 | 1.020 | 19,8% |
| Após 2017 | 1.138 | 22,1% |
| | 5.149 | 100,0% |

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Conciliação do benefício/(despesa) do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados às alíquotas vigentes e a conciliação do benefício/(despesa) de imposto de renda e da contribuição social é demonstrada a seguir:

| | 30/09/2013 | 30/09/2012 |
|--|---------------------------------|---------------------------------|
| | Estimativa de Realização | Percentual de Realização |
| Resultado antes do imposto de Renda e Contribuição Social | 10.049 | 3.480 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Despesa a alíquota nominal | (3.417) | (1.183) |
| Diferenças permanentes | 87 | 29 |
| Imposto de renda e contribuição social efetivos | (3.330) | (1.154) |

22. Gerenciamento de risco financeiro

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d. Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa estão basicamente em reais, não há risco associado à variação de moedas.

e. Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo das possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas.

f. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
 - exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
 - cumprimento com exigências regulatórias e legais;
 - documentação de controles e procedimentos;
 - exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
 - exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
 - desenvolvimento de planos de contingência;
 - treinamento e desenvolvimento profissional;
 - padrões éticos e comerciais;
-
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g. Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012, é apresentada a seguir:

| | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
|--|-------------------|-------------------|
| Total do Passivo Circulante e não Circulante | 29.843 | 31.394 |
| Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa | (5.945) | (956) |
| Dívida Líquida (A) | 23.898 | 30.438 |
| Total do Patrimônio Líquido (B) | 14.950 | 8.231 |
| Relação Dívida | 1,60 | 3,70 |

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

| Modalidade | Abrangência | 30/09/2013 | 31/12/2012 |
|------------------------|------------------------|-------------------|-------------------|
| Patrimônio | Estoques e Imobilizado | 13.000 | 11.700 |
| Veículos | | 1.200 | 1.200 |
| Responsabilidade civil | | 1.000 | 1.000 |
| | | 15.200 | 13.900 |

24. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o ano. As ações preferenciais possuem um direito de dividendo superior em 10% às ações ordinárias. O lucro diluído por ação é calculado pelo ajuste médio de ações em circulação para o impacto da conversão de todas as opções potencialmente diluidoras.

O lucro por ação do resultado acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, demonstrado no quadro abaixo não representa valores de dividendos a distribuir uma vez que a Companhia possui prejuízos acumulados. Desta forma o lucro do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 será utilizado para abater estes prejuízos.

| | 30/09/2013 | 30/09/2012 |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do período | 6.719 | 2.326 |
| Média ponderada da quantidade de ações | 2.846.929 | 2.846.929 |
| Média ponderada da quantidade de ações | 2.375.293 | 2.375.293 |
| Total de ações em circulação | 5.222.222 | 5.222.222 |
| Lucro básico por ação | 1,2866 | 0,4454 |
| Efeito da diluição | | |
| Lucro por ação ordinária | 1,2282 | 0,4260 |
| Lucro por ação preferencial | 1,3536 | 0,4686 |

25. Eventos subsequentes

Em 31 de outubro de 2013, a Administração da Companhia divulgou fato relevante, informando aos seus acionistas e mercado em geral, que em 30 de outubro de 2013, a JBS S.A. “JBS”, atual acionista controladora da Companhia, protocolou perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e a BM&F - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, o pedido de registro da Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de emissão da Companhia, por alienação de controle sob procedimento diferenciado, visando aquisição da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, nos termos do artigo 254-A da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e da Instrução da CVM nº 361 de 05 de março de 2002, e alterações posteriores.

* * *